

Senadores divergem sobre sindicalismo

Por que o Governo Federal quer ver aprovado, "a toque de caixa", o projeto de decreto legislativo nº 16, de 1984, que aprova o texto da Convenção nº 87, relativa à liberdade sindical e a proteção do direito sindical? Esse é o principal questionamento que muitos senadores têm feito sobre a matéria, que foi levada ao Congresso Nacional pela primeira vez em 1949, através de mensagem do então presidente Eurico Gaspar Dutra, e que agora foi "ressuscitada" pelo presidente José Sarney.

A votação do projeto de decreto legislativo nº 16 estava prevista para amanhã. Mas ontem o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, solicitou à presidência da Casa que o projeto não fosse incluído na ordem do dia da próxima sessão (que será realizada na quarta-feira).

O adiamento da votação foi causado, sobretudo, pelas divergências que o projeto está causando entre os senadores, pois as normas da Convenção nº 87, se aprovado seu texto, implicam em profundas mudanças no sindicalismo brasileiro. Entre elas estão o pluralismo sindical, o fim do imposto sindical e a possibilidade de os trabalhadores e os empregadores, "sem distinção de qualquer espécie", terem direito de constituir, sem

autorização prévia, organizações de sua escolha.

A Convenção nº 67 foi aprovada em 1948, durante a 31ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela determina, ainda, que "as organizações de trabalhadores não estarão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa" e, no capítulo da Proteção do Direito Sindical, estabeleceu que cada membro da OIT, "para o qual a presente Convenção está em vigor", se compromete a tomar todas as medidas necessárias e apropriadas a assegurar aos trabalhadores e aos empregadores o livre exercício do direito sindical.

Ontem, pelo menos dois senadores — Itamar Franco (PMDB-MG) e Maurício Correa (PDT-DF) confessaram-se surpresos com a pressa do governo em ver o Senado aprovar a matéria, que teve sua tramitação interrompida ao longo dos anos sucessivamente e que, somente em 84 voltou a ser analisada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, sendo transformada no decreto nº 16. "Temos que ver o que há por trás disso", sugere Itamar Franco. "Estou surpreso com o interesse do governo", diz Maurício Correia.